

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DA
ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - SICOOB SANTA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **05/11/1990**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SANTA** possui **2** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **RIO DE JANEIRO – RJ** e **SÃO PAULO - SP**.

O **SICOOB SANTA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 03/03/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

A cooperativa realizou a migração para o sistema operacional do Sicoob Confederação – SISBR em 12/2018, a fim de adequação sistêmica e exigência do Bacen referente a padronização sistêmica com a intenção de melhorar as informações contábeis das cooperativas de crédito e principalmente contribuindo com o Sicoob Confederação em relação a informações do Balanço combinado do sistema SICOOB.

Mediante a esta adequação sistêmica e contábil por meio de uma estruturação de seu plano de contas, as maiores variações apresentadas em contas de receita e despesas mencionadas em notas explicativas refere-se a essa mudança sistêmica, não sendo possível uma comparabilidade das informações entre os sistemas.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do) **Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis,

acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Efeito do Corona vírus nas Demonstrações Financeiras

Seguindo orientação do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, consideramos cuidadosamente os impactos do COVID19 em nossos negócios e, levando em conta as normas contábeis aplicáveis a esse tipo de circunstância, devemos reportar em nossas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise.

Nesse sentido, na data de emissão destas Demonstrações Contábeis a **SICOOB SANTA** não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis, principalmente aqueles relacionados na Nota Explicativa.

Não é possível neste momento mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do COVID-19.

A **SICOOB SANTA** seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	41	1
Relações interfinanceiras - centralização financeira	110	-
Títulos de Renda Fixa	7.171	10.121
TOTAL	7.322	10.122

5. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Títulos de Renda Fixa	7.171	-
TOTAL	7.171	-

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **SICOOB CENTRAL CECRESP**, com remuneração de, aproximadamente, 101,92% do CDI.

Modalidade RDC Pós-Fixado Escalonado-CDI: A rentabilidade será de acordo com o prazo de aplicação, sendo taxas divulgadas no site do Sicoob Central Cecresp, permite resgate parcial, a partir do dia seguinte ao da aplicação com vencimento em 1.800 dias. Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 433 mil e R\$ 437mil.

6. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Centralização Financeira – Cooperativas	110	-
TOTAL	110	-

- (a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em **31/12/2019** e **31/12/2018** foram respectivamente R\$ 11 mil e R\$ 13 mil, com taxa média de 100% do CDI nos respectivos períodos.

7. Operações de crédito

- a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	12.772	11.943	24.715	21.376
Total de Operações de Crédito	12.772	11.943	24.715	21.376
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.035)	-	(1.035)	(1.065)
TOTAL	11.737	11.943	23.680	20.311

- b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	55	55		8	
A	0,50%	Normal	19.250	19.250	(95)	19.174	(96)
B	1%	Normal	2.975	2.975	(30)	425	(4)
B	1%	Vencidas	55	55	(1)	247	(2)
C	3%	Normal	826	826	(25)	42	(1)
C	3%	Vencidas	225	225	(7)	195	(6)
D	10%	Normal	125	125	(12)	42	(4)
D	10%	Vencidas	115	115	(11)	94	(9)
E	30%	Normal	31	31	(9)	9	(3)
E	30%	Vencidas	129	129	(39)	126	(38)
F	50%	Normal	10	10	(5)	-	-
F	50%	Vencidas	157	157	(79)	126	(63)
G	70%	Normal	17	17	(12)	3	(2)
G	70%	Vencidas	118	118	(83)	160	(112)
H	100%	Normal	151	151	(151)	12	(12)
H	100%	Vencidas	476	476	(476)	713	(713)
Total Normal			23.441	23.441	(341)	19.715	(122)
Total Vencidos			1.274	1.274	(694)	1.661	(943)
Total Geral			24.715	24.715	(1.035)	21.376	(1.065)
Provisões			(1.035)	(1.035)		(1.065)	
Total Líquido			23.680	23.680		20.311	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

- c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	4.170	8.602	11.943	24.715
TOTAL	4.170	8.602	11.943	24.715

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2019	% da Carteira
Pessoa Física	24.715	24.715	100%
TOTAL	24.715	24.715	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(1.065)	(1.429)
Constituições / Reversões	(2.739)	(2.438)
Transferência / Reversões para prejuízo no período	2.769	2.802
TOTAL	1.035	1.065

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	124	1%	210	1%
10 Maiores Devedores	593	2%	601	3%
50 Maiores Devedores	1.729	7%	1.525	7%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	6.848	4.840
Valor das operações transferidas no período	4.214	6.389
Valor das operações recuperadas no período	(3.458)	(4.381)
TOTAL	7.604	6.848

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Rendas a Receber		
Serviços prestados a receber (a)	7	-
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	5	4
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1	-
Adiantamentos por conta de imobilizações (b)	72	-
Impostos e contribuições a compensar (c)	23	-
Títulos e créditos a receber	2	53
Devedores diversos – país (d)	222	58
TOTAL	333	115

- (a) No item de Rendas a Receber, encontram-se registradas substancialmente receitas prestadas a receber de cartões (comissionamentos, intercâmbio, compras) repassadas pelo Bancoob.
- (b) Referem-se a registros de adiantamentos por compra de máquinas e equipamentos.
- (c) Referem-se a registros de imposto de renda e contribuição social passíveis de restituição/compensação.
- (d) Do montante total de R\$ 222 registrados em devedores diversos, 95% refere-se a pendências a regularizar no montante de R\$ 210, nas quais se encontram registros dos últimos 180 dias, passíveis de tratamento e regularização

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Despesas Antecipadas	51	3
TOTAL	51	3

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, processamento de dados, vale refeição e alimentação e contribuições a fundos.

10. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito (a)	1.892	1.776
Participações inst financ controlada coop crédito (b)	26	26
Participações empr controlada coop central crédito (c)	19	19
TOTAL	1.937	1.821

- (a) Referem-se aos investimentos (cotas de capital) junto ao **SICOOB CENTRAL CECRESP**
- (b) Referem-se aos investimentos (ações) junto ao **BANCOOB**
- (c) Referem-se aos investimentos (cotas de capital) junto ao **SICOOB CECRESP CORRETORA DE SEGUROS**

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Outros Ativos Intangíveis	185	97
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(83)	(49)
Total	102	48

12. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (a)		11	86
Instalações (b)	10%	354	62
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(60)	(34)
Móveis e equipamentos de Uso (b)	10%	211	106
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(73)	(56)
Sistema de Comunicação	20%	18	4
Sistema de Processamento de Dados	20%	383	238
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(176)	(123)
TOTAL		668	283

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.
- (b) As maiores variações identificada em imobilizado de uso, refere-se a investimentos realizados com a reforma da sede do Sicoob Santa, onde podemos verificar nas rubricas Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	424	0
Depósito a Prazo	984	1.170
TOTAL	1.408	1.170

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	99	7,00%	312	26,00%
10 Maiores Depositantes	673	48,00%	863	73,00%
50 Maiores Depositantes	1.202	86,00%	1.188	100,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(60)	(78)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1)	(1)
TOTAL	(61)	(79)

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Cobrança de Terceiros em Trânsito	1	-
TOTAL	1	-

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Sociais e Estatutárias	2.442	3.448
Fiscais e Previdenciárias	100	75
Diversas	458	460
TOTAL	3.000	3.983

15.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Dividendos e Bonificações a Pagar	158	1.324
Provisão para Participações nos Lucros	108	79
Resultado de Atos com Associados (a)	332	599
Sobras Líquidas a Distribuir	160	0
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.684	1.446
TOTAL	2.442	3.448

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) As cotas de capital a pagar ficam registrados os valores a devolver ao cooperado que foi demitido ou uma devolução parcial de capital.

15.2. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	10	8
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	2	15
Impostos e Contribuições sobre Salários	84	60
Outros	5	7
TOTAL	100	67

15.3. Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Cheques Administrativos	1	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	140	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	-	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	227	384
Provisão para Passivos Contingentes	20	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	10	-
Credores Diversos – País	59	76
TOTAL	458	460

- (a) Registram-se as provisões de despesas a pagar a prestadores de serviços e por compras de bens.
- (b) Na conta de provisão para pagamento a efetuar encontram-se registros seguintes: despesa de pessoal R\$ 162 mil e de outras despesas administrativas com comunicações, transporte, compensações, seguro prestamista, provisão de despesas com cartões, outros pagamentos a efetuar, que se tratam das apropriações de despesas que serão pagas no mês subsequente

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB SANTA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	28.077	25.515
Associados	6.954	7.136

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Expansão

O Fundo de Expansão tem como objetivo reunir recursos financeiros para instalação da sede administrativa para o Sicoob Santa conforme deliberação em Assembleia Geral, sendo utilizado R\$ 149.188 de acordo com a conclusão das obras, conforme quadro abaixo:

Descrição	Valores
Saldo em 31/12/2018	807.532
Despesas revertida pelo Fundo de Expansão	149.188
Expediente	556
Seguros	3.317
Manutenção	10.303
Assessoria Técnica	2.787
Serviços de Terceiros	6.158
Energia	1.980
Aluguel	28.000
IPTU	13.667
Manutenção e Conservação de Bens	27.763
Condomínio	28.187
Depreciação (*)	26.470
Receitas destinadas ao Fundo de Expansão	30
Rendimentos auferidos saldo do Fundo de Expansão	30
Saldo Contábil Fundo de Expansão em 31/12/2020	688.728

(*) Os valores absorvidos pelo fundo de expansão referente a depreciação, refere-se a investimentos realizados como imobilizado em uso para a reforma da sede, totalizando investimento no montante de R\$ 340.060, sendo depreciados com taxa de 10%a.a, onde será revertido para o fundo de reserva na medida de suas apropriações.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	1.596	2.311
Lucro líquido decorrente de ATOS COOPERATIVOS	(1.445)	(1.621)
Reversão do fundo de expansão	149	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	300	690
Destinações estatutárias		

Reserva legal - 10%	(30)	(69)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(30)	(69)
Reserva de expansão (a)	(30)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	210	552

- (a) O valor destinado ao Fundo de Expansão no montante de R\$ 30 mil, refere-se ao rendimento do saldo existente do próprio fundo, sendo este valor direcionado para a utilização conforme determinado em seu regulamento.

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de **R\$ 1.444.232,21**, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração, sendo deliberado o pagamento de 90% da Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

19. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Empréstimos	6.917	6.854
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	414	322
TOTAL	7.331	7.176

20. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	(61)	(80)
Provisões para Operações de crédito	(1.314)	(2.821)
Provisões para Outros Créditos	(8)	-
TOTAL	(1.383)	(2.901)

21. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração e Fiscal	(413)	(546)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(844)	(629)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(486)	(285)
Despesas de Pessoal – Proventos	(1.239)	(943)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(24)	(1)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(15)	(11)
TOTAL	(3.021)	(2.415)

22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(24)	(12)
Despesas de Aluguéis	(144)	(70)
Despesas de Comunicações	(70)	(54)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(98)	(5)
Despesas de Material	(32)	(8)

Despesas de Processamento de Dados	(94)	(1)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(70)	(281)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(39)	(14)
Despesas de Seguros	(27)	-
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(25)	(8)
Despesas de Serviços de Terceiros	(84)	(62)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(281)	(263)
Despesas de Transporte	(80)	(12)
Despesas de Viagem no País	(78)	(71)
Despesas de Amortização	(60)	(1)
Despesas de Depreciação	(72)	(68)
Outras Despesas Administrativas	(199)	(48)
Emolumentos judiciais e cartorários	(5)	(12)
Contribuição a OCE	(52)	(50)
Rateio de despesas da Central	(350)	(387)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(75)	-
TOTAL	(1.959)	(1.427)

23. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	21	6
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	190	1.285
Dividendos	3	-
Distribuição de sobras da central	38	-
Outras rendas operacionais	75	136
Rendas oriundas de cartões de crédito	14	-
TOTAL	341	1.427

24. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(64)	-
Despesas de Provisões Passivas	(32)	-
Outras Despesas Operacionais (*)	(146)	-
Descontos concedidos - operações de crédito	(16)	(10)
TOTAL	(258)	(10)

(*) Do total registrado em outras despesas operacionais no montante de R\$ (146), 75% refere-se a descontos concedidos de crédito pessoal consignado, totalizando um montante de R\$ (110),

25. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Ganhos de Capital	181	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(11)
(-) Perdas de Capital	(80)	-
Resultado Líquido	100	(11)

Os valores registrados em resultado não operacional, trata-se de receitas e despesas referente a valores registrados há mais de 180 dias na contabilidade e não identificados, sendo denominado como ganho ou perda de capital ao final de cada semestre.

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	104	0,4355%	0
TOTAL	104	0,4355%	0
Montante das Operações Passivas	107	17,7727%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	2	0	8,6559%
Empréstimo	83	0	0,3374%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	52	12,2980%	0%
Depósitos a Prazo	162	16,5030%	0,3947%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	2,2780%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	92,9956%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo

de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,3510%
Aplicações Financeiras	17,7727%

27. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - SICOOB SANTA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECRESP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SANTA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECRESP**:

Descrição	Ativo/(Passivo)	Receitas / (Despesas)
	2019	2019
Tit. Valores Mobiliários		
RDC – Pós-Ficado	7.171	433
Relação Interfinanceira		
Centralização Financeira	110	13
Participações de Cooperativas		
Partic. Em Cooperativa Central	1.892	75
Outros dispêndios administrativos		
Despesas c/ Rateio da Central	-	(350)

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

28.1. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4. Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5. Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

SÃO PAULO-SP, 31 de dezembro de 2019

Douglas Aparecido Cirilo
Diretor Presidente

Veronica Cristina Bueno Roncato
Contadora
CRC:1SP293772/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Senhores Administradores e associados da
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DA
ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA – SICOOB SANTA
Av. Paulista, nº 326, 16º andar, Bela Vista
São Paulo (SP)
Cep. 01.310-000

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA – SICOOB SANTA, doravante denominada “SICOOB SANTA” ou Cooperativa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA – SICOOB SANTA, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil –BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase – Eventos Subsequentes – Novo Coronavírus – Covid 19

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3, letra “t”, às demonstrações contábeis, na qual consta que a administração da Cooperativa considerou cuidadosamente os impactos do COVID19 em seus negócios e que, na data de emissão das demonstrações financeiras não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios, não sendo possível, neste momento, mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do COVID19. E que seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018

Os valores correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins comparativos nas demonstrações contábeis da Cooperativa, também foram examinados por nós, sendo que em 15 de abril de 2019 emitimos relatório sem ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e

são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

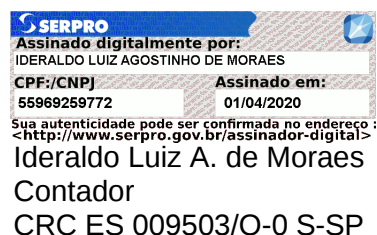
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 5 de março de 2020.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC ES 002282/O-3 S-SP



SERPRO
Assinado digitalmente por:
IDERALDO LUIZ AGOSTINHO DE MORAES
CPF/CNPJ 55969259772 Assinado em: 01/04/2020
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>
Ideraldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC ES 009503/O-0 S-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2019 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Sicoob Santa, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 o Sicoob Santa completou 29 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. Neste ano, a instituição promoveu grande transformação: com aderência a marca, sistemas de informação e portfólio de produtos alinhados ao sistema Sicoob, o que demandou inúmeros investimentos e ampliação da sua estrutura operacional. Essa mudança ampliará significativamente sua atuação e possibilitará oportunidades de novos negócios para os seus associados.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o Sicoob Santa obteve um resultado de R\$ 1.688 antes das destinações e juros ao capital próprio, representando um retorno anual de 6,13 % sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 110 e nos títulos de renda fixa somaram R\$ 7.171. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 23.680, líquida de provisões.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$ 23.680	100 %
--------------------	------------	-------

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 2,89 % da carteira, no montante de R\$ 933

4. Captação

As captações, no total de R\$ 1.408, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 20,41%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 424	30 %
Depósitos a prazo	R\$ 984	70 %

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 67,62% da captação, no montante de R\$ 943.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do Sicoob Santa era de R\$ 27.898. O quadro de cooperados era composto por 6.954 cooperados, havendo um decréscimo de 2,55% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O Sicoob Santa adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 94,40% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião dos coordenadores de núcleo (delegados) que representam todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECRESP, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2020, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob Santa aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a ouvidoria do Sicoob Santa registrou 159 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento (48%), operações de crédito (28%) e capital (28%).

Das 159 reclamações, 106 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo (SP), 10 de fevereiro de 2020

Diretoria



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA – **Sicoob Santa**, em cumprimento ao que determina o artigo 87, do Estatuto Social pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista o resultado das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício para os fins previstos no Estatuto Social, e, após examinarem as Demonstrações Financeiras que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração, apresentamos o seguinte parecer:

Os exames e análises foram complementados por meio de entrevistas com os responsáveis pela contabilidade e pelas demais unidades, com dados e informações considerados necessários e suficientes, notadamente, acompanhamento de toda a movimentação da instituição por meio de reuniões mensais realizadas para exame da documentação contábil, confronto com os balancetes mensais e o controle orçamentário.

Várias questões de ordem administrativa foram por nós tratadas com o Órgão de Administração, que as explicou a contento e tomou, conforme o caso, as providências recomendadas para a sua solução.

O Parecer dos Auditores Independentes datado de 5 de março de 2020 foi devidamente analisado, observando-se o registro dos principais atos de gestão da entidade no exercício de 2019 e os resultados apurados no levantamento do Balanço da entidade.

Das análises feitas no Balanço Geral e Demonstração de Sobras ou Perdas, nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e nas Demonstrações de Fluxo de Caixa deste exercício, observou-se que expressam, com propriedade, os resultados da gestão de negócios da entidade.

O Conselho Fiscal, em cumprimento ao seu dever legal, **opina favoravelmente à aprovação** das referidas Demonstrações Financeiras e contábeis em 31 de dezembro de 2019, estando assim em condições de serem submetidas à deliberação e aprovação dos associados em Assembleia Geral.

São Paulo, 30 de abril de 2020.

Felipe Ribeiro Soares de Andrade
Conselheiro

Neuza Maria Conceição Pimentel Santana
Conselheiro

Aristides Alberto dos Santos
Conselheiro